

Fazendo o deserto apodrecer: Greenwashing, a aniquilação da memória palestina e a solidificação da soberania de Israel.

*Making the desert rot: Greenwashing, the
annihilation of Palestinian memory, and the
solidification of Israeli sovereignty.*

*Haciendo que el desierto se pudra: Greenwashing,
la aniquilación de la memoria palestina y la
solidificación de la soberanía de Israel.*

Ana Laura Baia de Morais¹
Kaillany Azevedo Batista²

Recebido em: 08 de Dezembro de 2024

Aprovado em: 30 de Maio de 2025

RESUMO

Este estudo aponta como as técnicas de **Greenwashing** utilizadas por Israel são essenciais para apagar todo resquício da existência palestina e da sua memória política, enquanto Israel se projeta internacionalmente de maneira positiva e solidifica sua soberania. Dessa forma, foi realizado um estudo de caso. Foi objetivado entender como Israel solidifica sua soberania ao investir nessa abordagem e como isso impacta na memória. Atingidos tais

objetivos, foi possível explicitar a intencionalidade de extermínio nas ações israelenses e as sucessivas tentativas de estrangulação da vida, bem como a ligação entre o Greenwashing e o apagamento da memória política palestina. Assim, Israel impede os palestinos de cultivar, tanto num sentido agrícola, quanto num sentido vital.

Palavras-chave: Genocídio; Greenwashing; Israel; Memória política; Palestina; Soberania.

1. Graduada em Relações Internacionais em jul/2024 pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Contato: analaoramoriscontato@gmail.com.

2. Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Assistente de Pesquisa no Núcleo de Estudos Globais da Universidade Federal de Goiás (NEG). Contato: kaillany_batista@discente.ufg.br

ABSTRACT

This study highlights how the Greenwashing techniques used by Israel are essential for erasing any trace of Palestinian existence and political memory, while Israel projects a positive international image and consolidates its sovereignty. The methodology used was a case study. The aim was to understand how Israel consolidates its sovereignty by investing in this approach and how it impacts memory. Having achieved these objectives, it became possible to elucidate the intentionality of extermination in Israeli actions and the successive attempts to strangle life, as well as the connection between Greenwashing and the erasure of Palestinian political memory. In this way, Israel prevents Palestinians from cultivating both agriculturally and vitalistically.

Keywords: Genocide; Greenwashing; Israel; Political Memory; Palestine; Sovereignty;

RESUMEN

Este estudio señala cómo las técnicas de greenwashing utilizadas por Israel son esenciales para borrar todo vestigio de la existencia palestina y de su memoria política, mientras Israel se proyecta internacionalmente de manera positiva y solidifica su soberanía. La metodología empleada fue el estudio de caso. Se tuvo como objetivo entender cómo Israel solidifica su soberanía al invertir en este enfoque y cómo esto impacta en la memoria. Alcanzados estos objetivos, fue posible explicitar la intencionalidad de exterminio en las acciones israelíes, así como la conexión entre el greenwashing y el borrado de la memoria política palestina. Así, Israel impide a los palestinos cultivar, tanto en un sentido agrícola como en un sentido vital.

Palabras clave: Genocidio; Greenwashing; Israel; Memoria Política; Palestina; Soberanía.

1 INTRODUÇÃO

O genocídio do povo palestino e a campanha sionista se configuram como um dos conflitos mais violentos do século XXI – embora sua origem seja muito anterior a isso. Assim, dentro desse conflito territorial e narrativo, Israel vem aprimorando seus mecanismos de controle e regulação da vida (Puar, 2017), objetivando construir um Estado Sionista, ao passo que remove as vidas que já ocupavam essa terra e que já haviam iniciado o processo de construção de uma nação e uma identidade anterior ao movimento israelense. Como pontua Salamanca (2011), Israel cria, então, as possibilidades para uma existência debilitada, na mesma medida em que as induz à falha, uma vez que violenta os corpos palestinos de maneira difusa, sem a aniquilação definitiva, o que permite a não responsabilização de suas ações de extermínio.

Tendo isso em vista, será primeiramente realizada uma breve contextualização histórica do conflito, buscando evidenciar as especificidades do movimento colonialista por parte de Israel. Em seguida, será ilustrado o processo de transformação do movimento Sionista ao longo das décadas até alcançar sua configuração contemporânea, trazendo à luz a intencionalidade histórica na remoção desse povo e as inclinações dos grandes líderes desse movimento. Logo, é possível analisar a construção da estrangulação do povo

palestino, a partir de técnicas cada vez mais refinadas, fazendo com que seja praticamente impossível assegurar a constatação da sobrevivência deste povo: as redes são estraçalhadas, as luzes são apagadas, as memórias são soterradas, as oliveiras são cortadas.

Assim sendo, esse artigo propõe que Israel encontrou nas práticas de *Greenwashing* não somente mais uma forma de construir uma narrativa onde se declara como um salvador na mesma medida em que define um território como primitivo – oriental, atrasado, diferente dos israelenses –, mas também de aniquilar a memória palestina no seu sentido mais literal, ao passo que os rastros daquelas vidas são completamente apagados. O estrangulamento da vida encontra seu refinamento ao se apropriar de uma nova arma – o *greenwashing* – para estrangular um pedaço essencial da vida muitas vezes negligenciado: a memória. Os palestinos perdem seus direitos de cultivar e construir não somente num sentido ambiental, mas também vital, uma vez que a memória está intrinsecamente relacionada à soberania do Estado. Isto, pois a memória pode se apresentar como a espinha dorsal do Estado, contribuindo para a formação da identidade nacional e individual, enquanto ainda justifica suas ações em nome da solidificação dessa memória.

Por conseguinte, será buscado indagar como tal mecanismo pode ser compreendido como uma ferramenta no processo de solidificar a soberania israelense, mais uma vez exercendo seu potencial de regulação e destituição da vida e da história palestina, enquanto ainda estabelece sua própria memória a partir de um discurso com potencial para uma repercussão positiva, sustentando e legitimando a continuação da sua existência. Para muito além de crimes ambientais e violências estruturais, se trataria, então, de uma campanha que *faz o deserto apodrecer* e aniquila toda e qualquer possibilidade de outro povo continuar a cultivar histórias já plantadas naquele território.

Dessa forma, o presente exposto trata-se de um estudo de caso crítico, no qual as práticas de *Greenwashing* empregadas por Israel são analisadas como estratégia discursiva e material de apagamento, não só da memória, mas da completa presença palestina, articulando conceitos da teoria pós-colonial, como o orientalismo (Said, 2007), a violência lenta (Nixon, 2011), o direito de mutilar (Puar, 2017), e dos estudos da memória, através das teorias de Fierke (2008) e Assmann (2018). Logo, adota-se como objetivo central compreender como Israel solidifica sua soberania ao investir nessa abordagem e como isso impacta na memória.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

Contextualizar historicamente o conflito e a colonização entre Israel e Palestina em um espaço limitado se faz um inegável desafio. Além de se tratar de um conflito com origens milenares, pautas religiosas e autodeterminantes se entrelaçam e se confundem, deixando diversas brechas para questionar legitimidades. Nesse sentido, também torna-se corriqueira a disseminação de mitos e manipulações discursivas na busca por validação das ações no Sistema Internacional.

Embora o Sionismo – termo que se popularizou nos últimos tempos –, ou *Zionism*, em inglês, tenha diversas vertentes e orientações, a premissa inicial seria de um movimento que, ganhando força no final do século XIX, almejava um retorno do povo judeu “ao seu lar ancestral, após aproximadamente dois mil anos de exílio” (Shlaim, 2014, p. 2), sendo Zion um dos nomes bíblicos para Jerusalém. Dessa forma, os judeus deixariam de constituir pequenas minorias ao redor do mundo e retornariam a Zion, onde formariam uma maioria e poderiam obter independência política em sua terra sagrada. Contudo, já havia uma população habitando essa terra (Shlaim, 2014). Portanto, para que o objetivo Sionista fosse alcançado, essa terra precisaria ser colonizada e esvaziada.

Assim, é nesses termos que, em meio a arranjos diplomáticos realizados ao longo de mais de sete décadas³, o Estado de Israel é criado. Sobre este projeto, Khalidi sintetiza o conflito ao apontar que:

Ainda que esta guerra partilhe de inúmeras das características típicas de outras campanhas coloniais, possui também características muito específicas, uma vez que foi travada por e em nome do movimento sionista, que era e é em si mesmo um projeto colonial muito peculiar. A complicar ainda mais este entendimento está o facto de este conflito colonial, conduzido com um enorme apoio de forças externas, se ter transformado com o tempo num confronto nacional entre duas novas entidades nacionais, dois povos. (Khalidi, 2022, p. 19)

Abordando especificamente os mitos que se difundiram durante as décadas de conflito, o autor Ilan Pappé escreveu o livro *Dez mitos sobre Israel*, publicado em 2022. Entre os mitos esclarecidos pelo autor, um se faz importantíssimo no processo de colonização da Palestina: a premissa de que se tratava de uma terra vazia, hostil

3. Aqui, considerando o intervalo de tempo entre a cunhagem do termo *zionism* em 1885, por Nathan Birnbaum (Shlaim, 2014), e a criação do Estado de Israel em 1948.

e sem uma identidade local estabelecida, pontos usados para defender os supostos benefícios da estrutura colonial. Faz-se essencial mencionar, também, que esses pontos são defendidos ainda hoje. Todavia, segundo Pappe (2022, p. 28), “a Palestina já começou a se desenvolver como nação antes da chegada do movimento sionista”, mantendo conexões comerciais com a Europa e comércio terrestre regional, com uma rica agroindústria e uma população de meio milhão de pessoas (Pappe, 2022).

Ademais, tal como no restante do mundo árabe, havia uma elite escolarizada – inclusive, fundamental nos movimentos de resistência palestinos –, formulando uma doutrina nacional e clamando por autonomia dentro do Império Otomano. Embora o nacionalismo palestino ganhe novas formas ao lutar contra o sionismo, já havia traços patrióticos, lealdades locais, sentimento de pertencimento, dialeto, costumes e rituais próprios (Pappe, 2022). Porém, para a justificativa colonial, faz-se essencial o apagamento do potencial e da identidade palestina desde o princípio, pois assim o sionismo não estaria apenas agindo em benefício próprio, mas também incorporando uma forma de “complexo salvador”, adquirindo uma feição benevolente tão familiar aos europeus (Zakaria, 2021).

Tal abordagem colonial sempre esteve presente nos discursos das figuras protagonistas do movimento sionista, por vezes de maneira mais explícita, outras com mais sutileza. É possível realizar tal constatação, por exemplo, nos registros de Theodor Herzl – que possuía o desejo de transportar a população nativa da Palestina para outro local (Khalidi, 2022) –, nas falas de Vladimir Jabotinsky – criador da teoria da Parede de Ferro, defendendo negociações militarizadas – e de David Ben-Gurion – defensor do expansionismo territorial e da irrestrita aliança à Inglaterra (Shlaim, 2014). Assim, explicita-se que não se tratou de uma preferência do enunciador – seja ele Herzl, Jabotinsky ou Ben-Gurion; o projeto sionista moderno é inviável se afastado da premissa colonial. Essa questão se evidencia a partir da explícita dependência do suporte e da simpatia das potências centrais à causa sionista para que a mesma continue avançando.

Nesse particular, faz-se interessante destacar as falas de Jabotinsky, que defendia que “[nós] judeus nada tem[os] em comum como o que é conhecido como ‘o Oriente’, e agradecem[os] a Deus

por isso” (Shlaim, 2014, p. 13, tradução nossa)⁴. Além disso, Shlaim ainda aponta que Jabotinsky acreditava que o oriente representava “passividade psicológica, estagnação cultural e social, e despotismo político” (Shlaim, 2014, p. 13, tradução nossa)⁵. Logo, ele não visualizava o sionismo como “o retorno dos judeus ao seu lar espiritual, mas como uma ramificação, ou implantação da civilização ocidental no Oriente” (Shlaim, 2014, p. 13, tradução nossa)⁶, precisando da Europa como uma aliada permanente nesse processo. Essa perspectiva ilustra os argumentos desenvolvidos por Edward Said em *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente* (2007), ao mostrar como o Oriente é frequentemente retratado a partir de uma lógica dicotômica, que o opõe a um suposto Ocidente racional, progressista e civilizado, sendo uma construção discursiva que legitima projetos de dominação, intervenção e controle.

Por conseguinte, na prática, o sionismo apostou na apropriação e controle de terras como sua principal ferramenta. Contudo, Salamanca et al. (2012) apontam que a resistência palestina, enquanto ocorrer, impede a completude do projeto sionista. Entre as estratégias adotadas por Israel tem-se, por exemplo, bombardeios aéreos e marítimos, massacres e invasões, demolições de casas, roubo de terras, confisco de documentos, leis racistas e testes de lealdade, apropriação cultural (Salamanca et al., 2012). Embora possa parecer que são práticas ofensivas distintas, se trata, na verdade, de um projeto unitário que avança numa velocidade superior à capacidade de organização dos palestinos (Salamanca et al., 2012). Portanto, embora a Palestina tenha tido um histórico de organizações de resistência, como descreve Baumgarten (2005), ainda assim a operacionalização ocorre de uma forma desbalanceada às ofensivas israelenses.

Dessa forma, existe por parte de Israel uma necessidade discursiva de fazer com que as resistências palestinas sejam entendidas como negativas, primitivas, poluidoras e terroristas, para assim alcançar na esfera internacional uma nova legitimação para as incessantes tentativas de eliminação física e simbólica (Salamanca et al., 2012), bem como a sofisticação dos métodos de *Green-*

4. We Jews have nothing in common with what is denoted ‘the East’ and we thank God for that.

5. The East, in his view, represented psychological passivity, social and cultural stagnation, and political despotism.

6. Zionism was conceived by Jabotinsky not as the return of the Jews to their spiritual homeland but as an offshoot or implant of Western civilization in the East.

washing – que será melhor abordado na próxima seção – e violência estrutural, que “leva as políticas da ocupação colonial aos espaços mais profundos do cotidiano, invadindo os lugares mais íntimos e privados: as salas de estar, as cozinhas e os banheiros dos lares palestinos” (Salamanca, 2011, p. 27, tradução nossa)⁷. Dessa forma, Israel busca controlar as necessidades humanas (Salamanca, 2011), ao passo que regula a vida e a morte dessas pessoas (Foucault, 1979; Mbembe, 2016), em um processo de lenta mutilação da vida (Puar, 2017). Isto é, “o Estado de Israel é capaz de criar as possibilidades para vida, mas também é capaz de induzir à ruína e à morte” (Salamanca, 2011, p. 27, tradução nossa)⁸.

3 ISRAEL E GREENWASHING

No presente, as propagandas promovidas pelos oficiais do governo de Israel e grandes CEOs de empresas verdes de tecnologia o posicionam como um país que enfrenta a escassez de recursos por meio de um ímpeto inovador e sustentável (Hughes; Velednitsky; Green, 2023). A dessalinização da água, a instalação de painéis solares para produção de energia renovável, o reaproveitamento do lixo e o reflorestamento são marcas que precedem a figura de Israel no plano internacional, seguindo os princípios sionistas de “Fazer o deserto florescer”. Sendo assim, ele é visto como um líder global na mitigação de mudanças climáticas e na adaptação global às novas condições.

No entanto, essa imagem “verde” é inscrita como um discurso a-histórico, não como um elemento historicamente situado em um projeto colonial de assentamento ou como um mecanismo de expropriação de terras e do povo palestino (Hughes; Velednitsky; Green, 2023). Instala-se como prática de Israel o Greenwashing, uma espécie de “lavagem verde”, a qual funciona como um modo de propagar discursos, ações e imagens sustentáveis que não se refletem na prática como tal, sendo, até mesmo, o oposto, prejudicando e poluindo o meio ambiente.

Assim sendo, a disjunção entre a imagem verde israelense e a injustiça ambiental denunciam a criação de novas técnicas de dominação e colonização que emergiram à medida que discursos ambientalistas

7. Infrastructural networks bring the politics of colonial occupation to the very spaces of daily life practice, invading the most intimate and private ones: the living rooms, kitchens and bathrooms of the Palestinian homes.

8. Given its capacity to manage and control public utilities, the State of Israel is able to create the possibilities for life, but also to induce failure and death.

ganhavam força no mundo (Sasa, 2023). Justificando a expropriação da terra no “uso devido” dela, Israel se aproxima dos ideais capitalistas ocidentais, se classificando como civilizado a partir da orientação do território para objetivos produtivos (Tuck; Yang, 2012). Mais do que isso, declara os habitantes nativos como intrinsecamente irresponsáveis ambientalmente, expulsando-os e estabelecendo áreas para supostamente preservá-las. Depois disso, essa mesma região é distorcida, romantizada, até mesmo sexualizada como um paraíso “selvagem” e “virgem”, desprovido de qualquer nativo (Ferdinand, 2022).

O colonizador se coloca, então, como sustentável, democrático, progressista, civilizado e humano, em contraste com o palestino nativo poluidor, irracional e animalesco, colocando uma fronteira ambiental orientalista. O Mundo é dividido em um bloco ocidental, o qual é virtuoso e progressista, associado, nesse caso, a Israel, e oriental, como é posta a Palestina. Assim, é necessário que o primeiro leve ao segundo o avanço social, o que se daria por meio da colonização e ocupação dos seus territórios (Said, 2007).

Tendo em consideração os contrastes entre a propaganda verde de Israel e a realidade palestina, o Greenwashing é posto como uma estratégia retórica essencial para potencializar o Sionismo em uma escala global (Sasa, 2023). Ele enfatiza a imagem de sustentabilidade e agricultura verde, deslocando a atenção dos abusos israelenses e, inclusive, dos próprios impactos ambientais gerados por tais tecnologias. Assim, ele garante a continuação e a ampliação do Estado de Israel por meio de três eixos: normalizando sua existência no cenário internacional, caracterizando-o como inocente e, por fim, estimulando seu capital diplomático (Hughes; Velednitsky; Green, 2023).

O primeiro tópico concentra-se na oclusão da violência e das táticas ilegais de desapropriação, as quais permitiram – e permitem – a própria criação de Israel (Hughes; Velednitsky; Green, 2023). Ao separar ecologia do território, o passado e o presente israelenses são reformulados, concedendo ao colonizador a legitimidade moral e o pertencimento nacional à região. Seria inabalável e banal, nesse sentido, o direito sionista sobre a soberania, a lei e a vida na Palestina (Hawari; Plonski; Weizman, 2019). Assuntos como a destruição dos painéis solares palestinos e a restrição de seu acesso à água são obliterados, ainda que sejam de teor ecológico, enquanto o papel de Israel como líder inovador e essencial para atenuar o aquecimento global é perpetuado e normalizado como apenas mais uma parte natural de um sistema internacional, que sempre foi assim (Hughes; Velednitsky; Green, 2023).

Em adição a isso, o Greenwashing também opera levando o colonizador a uma imagem de inocência, numa tentativa dele de aliviar os sentimentos de culpa e responsabilidade sem necessariamente abandonar seu poder ou privilégio (Tuck; Yang, 2012). Mais uma vez, entra em jogo a separação entre ecologia e território, já que as tecnologias verdes representam uma possibilidade de conciliação, mesmo que não sejam acompanhadas da devolução de terras, necessária para uma verdadeira sustentabilidade e justiça ambiental (Hughes; Velednitsky; Green, 2023). A retenção da tecnologia aumenta, ainda, o controle de Israel, provendo, também, novas oportunidades de barganha (Katz, 2021).

Finalmente, essa retórica também possibilita a criação de uma plataforma diplomática que capitaliza as conquistas tecnológicas sustentáveis israelenses e as transforma em vantagens econômicas e políticas, além de melhorar sua imagem pública, de acordo com as próprias palavras de Itzhak Oren, antigo Ministro e Conselheiro Diplomático de Israel (s.d). Nesse sentido, a antecipação de catástrofes climáticas impulsiona as buscas por aliados que desenvolvam esse tipo de inteligência, e o posicionamento de Israel como indispensável no segmento gera parcerias essenciais. Além de gerar fluxos econômicos, essas relações aumentam sua proeminência e capacidade de influência mundial, de modo que outros atores não ousam questionar o genocídio palestino ou a legitimidade do Estado (Hughes; Velednitsky; Green, 2023).

Em realidade, a falsidade do discurso verde se expande além da injustiça ambiental. O estabelecimento de áreas protegidas, por exemplo, não apenas coloniza e expulsa os habitantes nativos, como previne o retorno dos refugiados e apaga as identidades desse povo, acabando com qualquer possibilidade de resistência na medida em que inabilita a criação de uma memória coletiva (Sasa, 2023). Essas reservas naturais operam, ainda, como uma conduta verde de limpeza étnica (Kadman, 2010). Como tal, os parques nacionais de Israel e suas reservas naturais se concentram taticamente, em primeiro lugar, na região de Jerusalém, a qual Israel tenta ocupar ilegalmente; na Cisjordânia e nas Colinas de Golan, os quais são, nesse caso, realmente ocupadas por Israel; no Sul da Palestina de 1948, onde se busca eliminar todos os palestinos; e no Norte, onde a maior parte do povo original de 1948 ainda vive (Sasa, 2023).

Nessas reservas, palestinos são extirpados de seus direitos de cultivar ou construir (Sasa, 2023). Isto é, a eles é negada a chance de co-

meçar famílias ou de exercer uma das atividades essenciais e acessíveis para a geração de renda: a agricultura. Em contraste, colonizadores israelenses têm permissão para realizar construções residenciais, incluindo até mesmo projetos grandes e poluentes (B'Tselem, 2017). A oposição do Estado de Israel é, nesse sentido, não à degradação dessa área, mas à existência palestina nela. Mesmo o reflorestamento tem causado a completa desertificação da Palestina, devido ao fato da maior parte das árvores plantadas não pertencerem à flora da região (Pape, 2006), devastando as comunidades locais e ecossistemas (Lorber, 2012).

4 APAGAMENTO DA HISTÓRIA PALESTINA

Considerando esse paradigma, a memória exerce um papel fundamental, uma vez que ela provê um esquema de explicação para o coletivo, contribuindo para a formação da identidade nacional e individual, fornecendo significados para eventos e justificando as ações de grupos em relação a inimigos, compondo, portanto, parte essencial da vida. Por conseguinte, a memória como constituída no coletivo molda processos políticos (Fierke, 2008). Ela não é como uma câmera que reflete a realidade exatamente como é, sendo, na verdade, um produto das histórias que as pessoas contam sobre elas mesmas e os outros e, portanto, envolve um processo ativo de atribuir significado ao passado (Fierke, 2008).

Nesse sentido, essas histórias são habitadas por outros que existem dentro de um contexto moral, uma ordem que determina o certo e o errado. As emoções estão diretamente atreladas a narrativa, que não se localiza somente no passado, impactando ações do presente e do futuro. O que importa, então, é como os atores podem produzir o passado a partir de uma dinâmica que engaja com o presente (Collins, 2004, pág. 22). A memória é, sob essa linha de pensamento, uma performance, e essa produção sempre toma lugar em um mundo social, o qual já conta um universo discursivo existente que molda, limita e pensa novas maneiras de formular a verdade (Fierke, 2008).

Isto é, a memória é maleável, mutável e sujeita a subjetividades, acontecimentos sociais e a própria passagem do tempo. Ela não inclui somente o que aconteceu, mas também o que fazemos, o que isso nos provocou e a nossa resposta. Tendo isso em vista, ações e histórias que são contadas e recontadas repetidamente podem normalizar traumas e estruturar práticas que sustentam identidades e relações. Pode, até mesmo, legitimar práticas políticas oficiais de construção de impérios e nações ou criar espaços para articular os sofrimentos resultantes

desses projetos, podendo ocupar o lugar de um veículo de resistência (Fierke, 2008). A memória é, também, um lugar de conflito.

Dado que ambos compartilham uma história de diáspora e desabrigo, é previsível que tanto as narrativas de memória palestinas quanto israelenses se voltem para uma metáfora de retorno para casa, um retorno para a segurança e para o significado (Fierke, 2008). Para Israel, a narrativa é de que seu povo retorna para a terra natal após um longo exílio, o que posiciona a resistência palestina como um terrorismo que ameaça a sua existência (Shlaim, 2014). O retorno da Palestina, no contraste, expressa a constante fúria e humilhação da atual expulsão realizada por Israel, o que coloca a resistência árabe como uma reação justificável para tomar de volta o seu lar (Fierke, 2008, p.6).

Nos dois discursos, a ideia de casa é associada com a própria soberania do Estado, a qual permite que a fraqueza individual seja transformada num coletivo forte, capaz de se proteger contra a repetição ou contra a continuação da humilhação. O direito a ela é justificado em traumas sem precedentes, representado no holocausto, para Israel, e no *Nakba*, para os palestinos (Fierke, 2008). O trauma do *Nakba* é muito bem descrito no seguinte trecho:

*O Nakba palestino não tem precedentes históricos. Para um país ser ocupado por uma minoria estrangeira, esvaziado quase que completamente de seu povo, ter seus pontos de referência físicos e culturais obliterados, sua destruição aclamada como um ato milagroso de Deus e uma vitória pela liberdade e para os valores civilizados, tudo de acordo com um plano premeditado, meticulosamente executado, financeiramente e politicamente apoiados pelo exterior e mantidos até hoje é, sem dúvida, único (Abu Sitta, 1998, p. 5, tradução nossa)*⁹

Isto posto, a memória, nesse caso ligada intrinsecamente ao trauma, tem lugar essencial na política e na legitimidade das nações, as quais buscam retornar para casa. O prêmio dessa batalha é uma narrativa capaz de resistir ao tempo, tornando-se parte da história oficial e legitimando o direito à existência. É nesse sentido que Israel atua ao espetacularizar a morte em Gaza, associando-a com o Hamas e se desassociando dos danos que provoca (Salamanca,

9. The Palestinian Nakba is unsurpassed in history. For a country to be occupied by a foreign minority, emptied almost entirely of its people, its physical and cultural landmarks obliterated, its destruction hailed as a miraculous act of God and a victory for freedom and civilized values, all done according to a premeditated plan, meticulously executed, financially and politically supported from abroad, and still maintained today, is no doubt unique.

2011, p. 30). Enquanto mina infraestruturas palestinas por meio da obstrução da chegada de recursos ou da imposição de sanções, inflama repetidamente discursos que o desassociam do colapso delas. É o que acontece, por exemplo, em canais de comunicação como o jornal Yedioth Ahronoth, um dos maiores jornais em Israel, que, em sua versão inglesa, associou a crise infraestrutural palestina com o afastamento israelense da administração (Greenberg, 2007).

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz do conceito de *slow violence*¹⁰ proposto por Rob Nixon (2011), que descreve formas de agressão incremental, dispersa no tempo e no espaço, frequentemente invisibilizadas pelo discurso oficial e pela mídia internacional. A destruição sistemática da infraestrutura palestina – por exemplo, água, energia, saúde e educação –, não ocorre por meio de ataques imediatos e espetaculares, mas por políticas prolongadas e cumulativas que degradam a vida até seu ponto mínimo de viabilidade.

O *Greenwashing* é ideal para essa estratégia de apagamento, uma vez que permite que Israel imponha medidas que lentamente matam e segregam a população palestina e sua memória, aniquilando, juntamente, qualquer possibilidade de resistência ou vida. Essas são vistas e colocadas pelo governo israelense como verdes e sustentáveis, o que o impulsiona a nível internacional, sustentando e legitimando a continuação da sua existência, conforme descrito na seção anterior deste artigo. Na matéria mencionada do Yedioth Ahronoth, os *talkbacks* indicavam a opinião dos leitores, que escreveram comentários como “Desligue a energia na Cisjordânia também” e “Desligar a energia ajuda a atrasar o aquecimento global” (Greenberg, 2007).

Nesse particular, as práticas israelenses se aproximam do que Puar (2017) define como “*the right to maim*”¹¹. Isto é, a administração de corpos não apenas pela morte, mas pela mutilação da vida, pela manutenção de sua sobrevivência precária, amputada, funcional apenas o suficiente para não configurar extermínio direto e explicitamente intencional. Ao classificar ações que lentamente estrangulam a vida de palestinos como sustentáveis e inovadoras, Israel não apenas dificulta a condenação jurídica em cortes internacionais, mas também reforça uma economia de otimismo, em que medidas destrutivas podem ser convertidas em capital político e simbólico global, como políticas públicas a serem replicadas.

10. violência lenta (tradução nossa).

11. O direito de mutilar (tradução nossa)

O crime de Genocídio, por exemplo, deve estar ligado a provas de que a limpeza étnica ocorre de maneira intencional, conforme determinado na Convenção sobre Genocídio de 1951, a qual não menciona números, escala ou proporções (Folha de São Paulo, 2024a). Ainda que essas condenações não tenham efeito de voz de prisão ou a emissão de sentenças, elas permitem a criação das “leis memoriais”, as quais contribuem para a escrita da história daqueles que aprovaram a condenação e dos condenados (Folha de São Paulo, 2024b). No processo movido pela África do Sul na Corte de Aia em 2024, por exemplo, Israel argumenta que não existe a intenção deliberada de acabar com os palestinos (Folha de São Paulo, 2024b), ainda que existam evidências discursivas de que esse não é o caso, conforme este mesmo artigo já apresentou.

Ou seja, o Greenwashing também permite que Israel elabore uma memória positiva, sem revelar suas verdadeiras intenções. Indo além, a desapropriação de espaços e cidades sob a justificativa de preservação, parte do Greenwashing israelense também está ligado diretamente à destruição da memória palestina e reforço das narrativas de Israel. Primeiramente, porque a divisão do território realizada em 1948 para instalar o estado de Israel impede, por si só, a construção de uma memória coletiva palestina, na medida em que separa o povo em várias partes e proporciona a cada uma delas uma experiência e trauma completamente diferentes (Fierke, 2008). Seja impedindo a resistência coletiva por meio da mutilação de um pilar essencial para a construção da soberania e do coletivo, seja obstruindo uma possibilidade de compreensão dos próprios sentimentos por meio das contradições impostas pelo conflito.

Em segundo lugar, locais históricos com ou sem restos materiais podem servir como marcadores legíveis simbólicos. Eles nos ajudam a imaginar e lembrar do que não está mais lá (Assman, 2018, p.1). Isso porque lugares podem ser vistos como locais concretos que são foco de atenção e diversas formas de investigação topográfica. Nesse sentido, um “lugar” pode ser definido como a condensação de eventos históricos, materializando a história em sinais e traços tangíveis. Eles podem ser destruídos ou preservados, esquecidos ou lembrados (Bachelard; Kearney; Danielewski, 1994). São silenciosamente moldados por aqueles que os habitam e os experienciam, sendo mantidos e transformados em uma continuidade lenta de um contexto vivido, saturados de significados e ligados diretamente à memória (Assmann, 2018).

Sob esse argumento, tanto Israel quanto Palestina se relacionam com os mesmos lugares de memória. Para o primeiro, são valorizados aqueles que se referem a um passado mais distante, ligados a sua origem, enquanto espaços mais recentes são repudiados por sua ligação palestina (Assmann, 2018). Nesse paradigma, existem duas opções: apagá-los ou transformá-los em algo novo. Esquecer os palestinos é destruí-los, bem como os seus rastros. A expropriação de espaços, portanto, é chave para que isso aconteça - eles são expulsos de suas terras, as quais são convertidos em parques florestais de conservação. Neles, as árvores novas demonstram a presença israelense no chão, criando-a e preservando-a, conforme elaborado pelo próprio diretor da Divisão de Silvicultura da JNF (Fundação Nacional Judia), Mordechai Ru'ach (Sasa, 2023, p. 224).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente exposto, foi ilustrada não somente a campanha colonial de Israel e sua intrínseca necessidade de exterminar o povo que ocupava tal região, como o aperfeiçoamento das ferramentas utilizadas nesse processo de genocídio, sendo um exemplo o estudo de caso feito a partir de técnicas de Greenwashing e da retroalimentação do apagamento da memória política do povo palestino. Assim, é possível considerar que a intencionalidade estava lá desde o princípio da empreitada, embora houvesse discordâncias ideológicas, conforme natural em todo movimento. Contudo, faz-se essencial explicitar que toda essa campanha, conforme cita Khalidi (2022), dependeu e ainda depende do apoio de forças externas, seja investindo diretamente no aprimoramento militar de Israel e investindo no país, ou defendendo a não-intervenção e a soberania deste suposto Estado, mesmo que seja um conflito claramente assimétrico.

O Estado de Israel não pode ter sua soberania assegurada enquanto outro povo existir nesse território. Enquanto houver resquícios da sua existência, haverá resistência e será clarificado o teor genocida do Estado. Portanto, Israel busca refinar estratégias simultâneas, que isole as vidas palestinas e exerça variadas formas de violências difusas (Nixon, 2011) e mecanismos de mutilação (Puar, 2017) da vida e da memória. Assim, as ações são organizadas em um duplo eixo: exterminar no plano doméstico e contar ao Ocidente, no plano internacional, a sua narrativa dos eventos – insistindo em uma paridade de poder, inclusive ofensivo. Dessa forma, um claro exemplo desse duplo eixo ofensivo se trata das práticas de Greenwashing.

Na medida em que memória e identidade se constituem mutuamente, a narrativa da memória de Israel coloca o povo palestino como inferior, dependente, sub-humano e incapaz, descrevendo seus lugares como não preservados e insustentáveis ecologicamente. As ações israelenses, que matam ecossistemas e pessoas lentamente, além de avançarem a segregação e o genocídio, são colocadas como progressistas, sustentáveis e necessárias para uma ordem internacional do futuro.

O Greenwashing ainda vai além da proposta de construir essa nova narrativa, apagando, também, a memória já existente da Palestina, impedindo o seu povo de saber quem e o que é. É extremamente eficiente, também, ao não silenciar a ligação entre o perpetrador e a vítima, uma vez que esse projeto é visto como positivo para o meio ambiente e, de nenhuma forma, aniquilador ou genocida. Ele atua, então, em dois eixos: primeiro, destrói as possibilidades de vida do povo palestino, pois desmata as regiões em que ele vive e as condições necessárias para sua subsistência, polui seu ecossistema e causa doenças, impede a movimentação dele e o exercício do trabalho, mata símbolos e assassina cidades, lugares que guardam significado e possibilitam a vivência comunitária. Extingue e usurpa da Palestina sua memória e capacidade de manter uma identidade necessária para a resistência. Causa a morte física e social, impedindo a continuação e reprodução da memória até pela via oral.

No segundo eixo, o pano que encobre essas ações as fantasia com uma motivação verde e sustentável, impedindo a incriminação de Israel e evitando a aplicação de leis memoriais que possam inscrever internacionalmente e nacionalmente a sua faceta genocida. Pior, implica em uma nova história: a de um país avançado, tecnológico, inocente e necessário para um futuro melhor. Assim, o Greenwashing reescreve o passado, permite a continuação do presente e limita as possibilidades de futuro para um cenário em que não existem palestinos.

Além disso, torna-se relevante investigar como o Greenwashing se conecta com outras formas contemporâneas de colonialismo ambiental. Ademais, a imposição de políticas ambientais seletivas em territórios ocupados abre espaço para que Israel se apresente como líder em inovação sustentável, enquanto marginaliza sistematicamente os palestinos de decisões ecológicas que afetam diretamente suas vidas. Isso levanta questões urgentes sobre justiça climática em zonas de conflito e a instrumentalização da ecologia como ferramenta de controle e legitimação estatal. Novos debates podem

se abrir em torno de como ONGs ambientais globais, empresas de tecnologia verde e instituições multilaterais reproduzem esse apagamento ao reconhecer Israel como um ator ecológico exemplar, ignorando os custos humanos e territoriais dessa imagem.

Por conseguinte, Israel impede que os palestinos gritem e peçam socorro, enquanto se declaram salvadores e trabalham para jamais existir outra narrativa no plano doméstico e internacional. O deserto é apodrecido e suas fuligens são também os últimos resquícios da existência e da resistência da Palestina.

REFERÊNCIAS

ABŪ-SITTA, S. **The Palestinian Nakba 1948: the register of depopulated localities in Palestine**. Rev. 2. ed. London: Palestinian Return Centre, 2000.

AÇÃO contra Israel em Haia é mais protetiva que punitiva - 11/01/2024 - Mundo - Folha. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/01/processo-que-acusa-israel-de-genocidio-e-mais-protetivo-que-punitivo.shtml>>. Acesso em: 8 ago. 2024a.

ANÁLISE: Intencionalidade é chave para provar crime de genocídio de Israel. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2024/02/intencionalidade-e-chave-para-provar-crime-de-genocidio-de-israel.shtml>>. Acesso em: 8 ago. 2024b.

ASSMANN, A. One land and three narratives: Palestinian sites of memory in Israel. **Memory Studies**, v. 11, n. 3, p. 287–300, jul. 2018.

BACHELARD, G.; KEARNEY, R.; DANIELEWSKI, M. Z. **The Poetics of Space**. Tradução: Maria Jolas. Reprint edition ed. New York, New York: Penguin Classics, 1994.

BAUMGARTEN, H. The Three Faces/Phases of Palestinian Nationalism, 1948–2005. **Journal of Palestine Studies**, v. 34, n. 4, p. 25–48, 1 jul. 2005.

CIVIL Administration uproots 135 olive trees on privately owned Palestinian land in Wadi Qana – part of Israel’s efforts toward its de facto annexation. **B’Tselem**. 21 may, 2017. Disponível em: ‘http://www.btselem.org/area_c/20170521_olive_trees_uprooted_in_wadi_qana’. Acesso em: 8 ago. 2024.

COLLINS, J. **Occupied by Memory: The Intifada Generation and the Palestinian State of Emergency**. New York: NYU Press, 2004.

DUGARD, J.; REYNOLDS, J. Apartheid, International Law, and the Occupied Palestinian Territory. **European Journal of International Law**, v. 24, n. 3, p. 867–913, 1 ago. 2013.

FERDINAND, M. **Decolonial Ecology: Thinking from the Caribbean World**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2021.

FIERKE, K. M. Memory and Violence in Israel/Palestine. **HUMAN RIGHTS**, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GREENBERG, H.. Barak approves limiting Israel's Gaza power supply. **Ynet-news**, 25 out. 2007. Disponível em: <https://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3464099,00.html>. Acesso em: 05 jul. 2024.

HAWARI, Y.; PLONSKI, S.; WEIZMAN, E. Seeing Israel through Palestine: knowledge production as anti-colonial praxis. **Settler Colonial Studies**, v. 9, n. 1, p. 155–175, 2 jan. 2019.

HUGHES, S. S.; VELEDNITSKY, S.; GREEN, A. A. Greenwashing in Palestine/Israel: Settler colonialism and environmental injustice in the age of climate catastrophe. **Environment and Planning E: Nature and Space**, v. 6, n. 1, p. 495–513, 1 mar. 2023.

ISRAEL: Apartheid policies wreak environmental havoc. **Green Left**. Disponível em: <<https://www.greenleft.org.au/content/israel-apartheid-policies-wreak-environmental-havoc>>. Acesso em: 8 ago. 2024.

KADMAN, N. Roots Tourism–Whose Roots?: The Marginalization of Palestinian Heritage Sites in Official Israeli Tourism Sites. **Tóoros**, v. 29, n. 1, p. 55–66, 2 maio 2014.

KATZ, D. Desalination and hydrodiplomacy: Refreshening transboundary water negotiations or adding salt to the wounds? **Environmental Science & Policy**, v. 116, p. 171–180, fev. 2021.

KHALIDI, R. **Palestina: uma biografia**. Porto: Ideias de Ler, 2022.

TUCK, E.; YANG, K. W. **Decolonization is not a metaphor Decolonization: Indigeneity**. Education & Society, v. 1, n. 1, p. 1-40, 2012.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & ensaios**, 2016, no 32, p. 122-151.

NIXON, R. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

PAPPE, I. **Dez mitos sobre Israel**. [s.l.] Editora Tabla, 2022.

PUAR, J. K. **The Right to Maim: Debility, Capacity, Disability**. Durham: Duke University Press, 2017.

SAID, E. W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. [s.l.] Editora Companhia das Letras, 2007.

SALAMANCA, O. J. et al. Past is Present: Settler Colonialism in Palestine. **Settler Colonial Studies**, v. 2, n. 1, p. 1–8, jan. 2012.

SALAMANCA, O. J. Unplug and Play: Manufacturing Collapse in Gaza. **Human Geography**, v. 4, n. 1, p. 22–37, mar. 2011.

SASA, G. Oppressive pines: Uprooting Israeli green colonialism and implanting Palestinian A'wna. **Politics**, v. 43, n. 2, p. 219–235, 1 maio 2023.

SHLAIM, A. **The Iron Wall: Israel and the Arab World**. Updated, Expanded ed. edição ed. New York London: W. W. Norton & Company, 2014.

ZAKARIA, R. **Contra o feminismo branco**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.